

BIOPOLÍTICA: AS VIOLÊNCIAS SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES

Bruna dos Santos Leite¹;

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Schio²;

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – brunaleite.filosofia@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – soniaschio@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Foucault (2010; 2013) indicou que a biopolítica visa a governar o comportamento da população, por meio das ações do Estado, na qual são elaboradas as políticas públicas que controlam os comportamentos sociais. Os dispositivos de poder exercem o controle sobre os corpos e propagam discursos que sustentam as “verdades” necessárias para a manutenção e reprodução de determinadas “formas de vida” (LEITE, 2020). Nesse contexto, a vida e o corpo estão relacionados: são quase como sinônimos. A biopolítica, então, refere-se às ações direcionadas à vida que são efetivadas por meio da intervenção nos corpos, considerando que são esses corpos que precisam viver, e que são essas vidas (orgânicas, pois são corpos físicos) que necessitam de cuidados e de administração. Ou seja, há um modo pelo qual o Estado opera sobre os corpos, circunscrevendo-os e moldando os comportamentos, visando a melhor gestão da população. Assim, observa-se que o problema da vida é colocado no âmbito político, emergindo dois problemas filosóficos: a “vida” e a “política”. Isso porque, quando ambas são problematizadas de modo correlacionado, vinculam-se com o tema das vidas que estão “em risco” (*bios*) e que, em decorrência, atingem a população como um todo (político). Acrescenta-se a este cenário que o problema da vida da população precisa ser “resolvido” em termos de governo (isto é, macro politicamente), e não individualmente (micro politicamente). Para tanto, são elaboradas e implementadas ações na sociedade, ou seja, ações massificadas, pois são direcionadas e aplicadas a todos os indivíduos.

Atualmente, a dificuldade da biopolítica é a de que os limites que distinguem as pessoas entre “vidas que devem ser protegidas” e “vidas que podem morrer” estão se tornando cada vez mais ambíguas e tênues, mudando de forma acelerada. Isso implica que ninguém tem a certeza se pertence ao grupo das vidas a serem protegidas ou aquelas que estão em risco de morte. Ao se abordar a temática da biopolítica nos dias atuais, percebe-se que essa concepção revela contornos políticos e econômicos que viabilizam uma análise mais complexa da maneira como ocorre a elaboração dos dispositivos de poder que sustentam os discursos e as práticas sociais nestas sociedades. Essa perspectiva baliza essa pesquisa, permitindo inquirir sobre os elementos que constituem a relação entre a política e a gestão dos corpos e das vidas na contemporaneidade. O objetivo desta análise é indicar quais são as bases teóricas que a discussão sobre problemas biopolíticos suscitam, expondo a relação entre os corpos das mulheres e a violência que é exercida sobre esses corpos, nos quais a noção de “vida” se torna um problema político essencial, pois refere-se à gestão da população.

2. METODOLOGIA

Para o estudo proposto é imprescindível adotar uma abordagem cautelosa ao utilizar o conceito de biopolítica: essa noção tem passado por modificações e

reanálises sob diversas perspectivas e, principalmente, em distintos contextos territoriais (geográficos). É importante lembrar que, embora a biopolítica tenha alcançado notoriedade no meio acadêmico por meio das análises de Michel Foucault (1926-1984), o significado e as manifestações sobre essa noção, em países como o Brasil, por exemplo, diferem significativamente das estudadas pelo pensador francês. Portanto, ao empregar esse conceito é necessário considerar cuidadosamente as implicações específicas em cada contexto cultural e social. Neste sentido, a abordagem analítico-teórica visa a preencher determinadas lacunas deixadas pelo autor sobre o tema da biopolítica, bem como, complementar a discussão a partir de análises sobre a realidade social do contexto brasileiro.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formação da sociedade brasileira está atravessada por diversos marcadores sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos, normativos, que visam a manutenção dos sistemas de relações interpessoais. Conforme Almeida (2021), ao se destacar a questão do corpo (que está intrinsecamente relacionado à vida) é possível verificar que os dispositivos de poder que circunscrevem os corpos são formados a partir do racismo. A raça enquanto “primeiro marcador social” tem como função dividir a sociedade não apenas em categorias biológicas (pois a cor da pele se inscreve no corpo e é algo que não pode ser modificada), mas também realizar distinções sociais e econômicas, que penetram na moralidade, nos costumes e nas formas como os indivíduos se relacionam consigo e com os outros. Carneiro (2023, p. 20) parte da hipótese de que “(...) a raça é um dos elementos estruturais de sociedades multirraciais de origem colonial”. Desse modo, os dispositivos de poder foram elaborados e exercidos de maneira que não fosse possível desvencilhar as aparentes contradições dessa forma de poder. Neste contexto, a relação entre o corpo, a violência e a raça, pode ser compreendida a partir da definição dos grupos de pessoas na sociedade que estão mais vulneráveis a certos tipos de violência, ultrapassando a materialidade de seus corpos. Isso porque a violência também atua no âmbito do simbólico.

A violência como modo de administração da vida do outrem opera sobre categorias e distinções, nos quais os indivíduos (e não apenas o Estado) exercem sua força e hostilidade sobre aqueles que são considerados “inferiores” ou “que podem morrer”. Isso se reflete não apenas em termos de comportamento social (docilidade dos corpos), mas também na formação das subjetividades. Almeida (2021, p. 122) argumenta que “o racismo, mais uma vez, permite a conformação das almas, mesmo as mais nobres da sociedade, à extrema violência a que populações inteiras são submetidas”. Na análise da realidade atual no Brasil, é possível perceber um cenário de persistente violência que afeta tanto os corpos como as subjetividades, com consequências incontornáveis para determinadas vidas. Esse quadro molda significativamente as interações entre os indivíduos, assim como o comportamento nos espaços públicos.

Quando se aborda a questão das mulheres, aparecem diversas formas de violência, as quais assumem características diferentes, porém, elas comprometem os corpos e as vidas delas. Soihet (2017, p. 363) salienta que “cabe considerar não só a violência estrutural que incidia sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas decorrentes da sua condição de gênero; esses aspectos se cruzam na maioria das situações”. Ao se problematizar o corpo da mulher, é possível observar a vulnerabilidade desses corpos e a “descartabilidade da vida”. A formação social do Brasil está fundamentada em princípios morais e normas nas

quais a mulher deve estar submetida ao poder dos homens com os quais possui vínculos. Soihet (2017) exemplifica com casos de mulheres que estavam submetidas à constante violência e que, de alguma forma, reagiam e resistiam, chegando a atos de extrema violência para revidar e proteger seus corpos e suas vidas. Carneiro (2023, p. 57) afirma que “na biopolítica, gênero e raça se articulam produzindo efeitos específicos. No que diz respeito ao gênero feminino, evidencia-se, por exemplo, a ênfase em tecnologias de controle sobre a reprodução, as quais se apresentam de maneira diferenciada segundo a racialidade; quanto ao gênero masculino, evidencia-se a simples violência.”

Tratando do recorte de raça, historicamente tem-se observado que as mulheres negras e pobres são as mais vulneráveis a sofrer violência: os corpos delas estão em constante exposição no meio social e público, pois precisam arcar com o sustento de suas famílias (Soihet, 2017). Neste sentido, a questão da vida e da política (enquanto problema biopolítico) propicia a análise das diversas formas de violência que são exercidas sobre os corpos cotidianamente. As mulheres encontram-se em posição de maior vulnerabilidade considerando os modos como a figura delas tem sido constituída no Brasil. Contudo, ao incluir na análise os aspectos econômicos e raciais, evidencia-se que um grupo de mulheres está mais vulnerável à violência, devido ao racismo estrutural, conforme apontado por Almeida (2021) e Carneiro (2023). A problematização da biopolítica, enquanto modo de observação de um problema, fornece elementos e instrumentos teóricos para aprofundar a perspectiva referente à situação da mulher brasileira. Além disso, a biopolítica entendida como a elaboração de políticas públicas e ações de governo sobre os corpos, oportuniza a verificação de novas possibilidades de entendimento e aponta soluções factíveis ao problema, o qual atinge os corpos das mulheres nos variados níveis da vida.

4. CONCLUSÕES

A elaboração de discursos sobre os corpos das mulheres faz com que se constituam formas de comportamento social, os quais a maioria das mulheres não conseguirá realizar. A subjetividade é constituída por meio de atravessamentos de gênero, de classe, de raça, de sexualidade, de padrões de beleza, corpo e comportamento, requisitos esses que não se “encaixam” na pluralidade de corpos e vivências possíveis para o século XXI. Diante desse cenário, torna-se perceptível a ambiguidade da biopolítica em relação às formas de “fazer viver”. Por um lado, existe a necessidade de tornar o corpo produtivo, buscando extrair o máximo potencial dele, o que ocasiona a criação de normas, regras, obrigações e punições. Por outro lado, o investimento sobre o corpo deve resultar em benefícios sociais, tornando-se uma forma de proteção da vida.

O que está em questão, então, não é uma vida metafísica, como um “espírito humano” ou uma “alma”, mas as “vidas concretas” e os corpos que experimentam a rotina do cotidiano, que enfrentam dores e doenças resultantes de seus hábitos, costumes, tradições, obrigações e permissões, etc.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sívio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 23ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

LEITE, Bruna. **Michel Foucault: a produção de “verdades” sobre o corpo na modernidade**. Dissertação (Mestrado), Sônia Maria Schio, orientadora — Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2020.

SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano*. In: PIORE, Mary del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2017, p. 362-400.